



Nota do PPRI

Contra o despejo dos moradores da Vila Sahy, em São Sebastião/SP

Nenhuma confiança na justiça e no governo!

Após 10 meses da catástrofe que soterrou diferentes bairros no Litoral Norte, em 19 de fevereiro de 2023, com uma tempestade que registrou o maior volume de água despejado na história da região (mais de 600 mm na madrugada de 18 a 19 de fevereiro), deixando mais de mil pessoas desabrigadas, 65 mortos, entre os quais 22 crianças, agora, os moradores da Vila Sahy, na Costa Sul do município, enfrentam o horror da ameaça da demolição de 893 casas, solicitada pelo Governo Estadual na justiça burguesa.

Há décadas, as populações que habitam as encostas do Litoral Norte de SP são compostas por trabalhadores que prestam serviços às camadas mais ricas da classe média e da burguesia paulistana que têm suas mansões à beira mar. No passado recente, famílias inteiras foram expulsas, desde migrantes, a caiçaras, tanto dos bairros à beira mar, quanto das encostas que são tomadas pela elite econômica, para a especulação imobiliária.

A Vila Sahy, antiga Vila Baiana, dada a imigração dos baia-

nos para essa região, foi a mais atingida pela tempestade, tanto em número de casas soterradas quanto em número de mortos. Só aí se contabilizaram 30 mortes. Essa situação não é novidade para os moradores/trabalhadores, porém a catástrofe de fevereiro, dado o tamanho e a destruição que causou, trouxe de maneira mais contundente o problema da habitação nas regiões de risco de desmoronamento.

O mais aviltante para essa população é que há muita comoção e nada de ação. As autoridades civis, governamentais, justiça e MP, ocultam o problema que faz com que essas pessoas habitem esses locais, que são: falta de emprego, baixos salários, subemprego, etc. Se todos tivessem emprego e um salário mínimo vital (suficiente para manter os gastos básicos de uma família) o “problema” da falta de habitação não existiria. A ideologia dominante trata o problema como se fosse de “escolha”, no campo das ideias.

Para onde poderiam ir? Esse é o desespero de milhares de pessoas que ouviram que receberiam casas em lugares seguros, e, agora, além de não terem

segurança e casas habitáveis, são “obrigadas” a deixar seus lares construídos com muito esforço, dado os baixos salários pagos a esses trabalhadores pelos ricos do litoral.

Nos primeiros meses, após a forte tempestade, um movimento resistente de moradores da Costa Sul de São Sebastião se ergueu, formando um Comitê e tentando se manter mobilizado, mas, diante de direções eleitoreiras e da intransigência dos Estados burgueses, foi abandonado aos poucos à espera dos governos municipal, estadual e federal, que deveriam tomar as providências. Também foram levados a acreditar que a justiça poderia pressionar essas esferas governamentais a agilizar o processo de construção de moradias.

Tarcísio de Freitas (Republicanos), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Felipe Augusto (PSDB), compareceram em fevereiro, após a tragédia, afirmando que estavam em um “empenho” comum para ajudar aquelas famílias, mas isso não passou de discurso, inclusive várias denúncias foram feitas pela população sobre a destinação de verbas, que não estavam



sendo usada para a construção das moradias.

No dia 13 de março de 2023, o governo de SP anunciou que construiria 500 casas, que usaria tecnologia “diferente” para entregar em até 150 dias. Tecnologia essa com material que não resiste à água (Drywall).

Até o momento nenhuma casa foi construída e entregue para os desalojados pelas chuvas. O CDHU está construindo 704 casas, e anunciou a construção de outras 830. Anunciaram obras em Baleia Verde (I e II), Maresias e Topolândia. Ocorre que todas estas obras, mesmo se construídas, não dariam conta de abrigar todos os atingidos pelas chuvas de fevereiro, muito menos os agora ameaçados de despejo na Vila Sahy!

Há forte tradição de luta nesses bairros. Os moradores saíram em manifestação pela rodovia BR 101 no dia 03/12/2023. Segundo a população, participaram 500 pessoas. A rodovia onde ocorreu a manifestação com passeata, separa os moradores pobres, do morro, das encostas ameaçadas, dos moradores ricos (minoritários) que moram ao lado da praia. Os moradores pobres também denunciam nas redes sociais que as regiões onde habitam os “ricos” foi ra-

pidamente reconstruída com o auxílio da prefeitura, e nada foi feito pelos mais atingidos.

As manifestações são espontâneas, ocorrem sem o auxílio das direções sindicais e partidárias. Existe, inclusive, uma rejeição do grupo que se formou agora, com o nome no Instagram de “Comitê União dos Atingidos”, em relação à participação de Ongs e Comitês que participaram no passado, pela falta de confiança, e pela falta de ações efetivas.

Não há possibilidade de negociações com os moradores sem casas, o que o governo faz junto com a justiça é o uso da força para despejar famílias, que não têm para onde ir, e que são a sustentação da economia na Costa Sul.

É dever das entidades classistas participarem do movimento dos moradores afetados, contribuindo para a formação de um Comitê permanente em defesa da moradia, independente dos governos que querem se oportunizar do movimento como frente eleitoreira, oprimindo, destruindo, humilhando a população com o objetivo de garantir os lucros e a especulação imobiliária.

O comitê de moradores tem o direito de se auto dirigir, combatendo as decisões dos governos e da justiça, fazendo manifesta-

ções de rua e participando das reuniões que decidam sobre os repasses de verbas e de material, assim como deve decidir onde essas casas novas devem ser construídas, com mais segurança.

Se deve exigir do governo um plano de obras públicas que garanta o concerto e a construção e das moradias suficientes para todos os atingidos; que garanta trabalhos de contenção e prevenção de futuros deslocamentos de terra; que resolva o acesso dos moradores dos bairros pobres e operários ao esgoto, água e energia etc. Um plano sob controle coletivo dos moradores e trabalhadores que de fato resolva de uma vez todas as necessidades para garantir condições de moradia dignas para todos! ●

Todo apoio ao comitê dos atingidos!

Contra as demolições!

Em defesa do emprego à todos e do salário mínimo vital!

Casa digna e nos próprios bairros para todos os atingidos e em áreas de risco! ■